

Nota pública do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGH/UFRN

Natal, 07 de dezembro de 2022.

As universidades públicas e a Ciência no Brasil têm sofrido gravíssimos ataques desde 2016. Bloqueios, contingenciamentos e cortes tornaram-se a corriqueira realidade contra a qual pesquisadores, docentes, discentes, técnicos administrativos e terceirizados têm sido obrigados a lutar. Tais ataques são parte de uma sistemática ainda mais grave. A Educação pública, gratuita e de qualidade parece estar na mira de uma política de esvaziamento das condições materiais e, é preciso dizer, emocionais das comunidades científicas do país. Comunidades estas que historicamente desempenham uma função fundamental no combate às mazelas que assolam nosso país, veja-se o papel do SUS na corrida pela vacinação contra o Covid-19.

O mais recente golpe contra a Educação pública no Brasil se deu no apagar das luzes com a publicação do Decreto nº 11.269, de 30 de novembro de 2022, que “zerou por completo a autorização para desembolsos financeiros durante o mês de dezembro”, segundo nota divulgada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ainda de acordo com a nota, na prática, isso impede a Coordenação “de honrar os compromissos por ela assumidos, desde a manutenção administrativa da entidade até o pagamento das mais de 200 mil bolsas”, cujo depósito deveria ocorrer até hoje, dia 7 de dezembro.

Frente a este cenário catastrófico e alarmante, o **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (PPGH/UFRN)** torna pública a sua extremada preocupação com a situação dos nossos 22 bolsistas CAPES, sendo 11 de Mestrado e 11 de Doutorado, de diversas localidades do país. Na iminência real de não-pagamento das bolsas de dezembro, dois serão os principais desdobramentos. O primeiro é o risco da paralização das atividades do Programa de Pós-Graduação, posto que o PPGH conta com dois bolsistas de apoio técnico, que são fundamentais para o funcionamento da Secretaria. Diretamente ligado a isso, nossos 22 alunos bolsistas Capes não terão condições financeiras de manutenção da logística de moradia e deslocamento para assistirem as disciplinas obrigatórias e realizarem as suas pesquisas. Aqui é preciso lembrar que, uma vez contemplado com a bolsa, o aluno assina um termo de Dedicção Exclusiva, ficando impossibilitado de exercer qualquer atividade remunerada. As bolsas (cujos valores estão congelados desde 2013) são a única renda de que nossos 22 bolsistas dispõem. Portanto, estamos diante de bolsas que não são mero suporte à pesquisa em si, são meios de sobrevivência do pesquisador, este mediador fundamental entre o conhecimento produzido nas universidades e institutos públicos e a sociedade para a qual este conhecimento é destinado. O atraso nas bolsas não representa só um ataque à Ciência, é a violação de um princípio de humanidade, já tão combatido em um país de extremada desigualdade social. Quando a Ciência perde, perdemos todos!